

QUADRO SÍNTESE DO NÚCLEO ANTIGO

Quarteirão	Variáveis	Levantamento	Inquérito	I.N.E.	Sub-Secção
A	Edifícios	-	-	-	-
	Alojamentos	-	-	-	
C	Edifícios	9	8	-	-
	Alojamentos	8	1	-	
D	Edifícios	17	14	-	-
	Alojamentos	18	9	-	
O	Edifícios	4	4	27	-
	Alojamentos	8	1	36	
TOTAL	Edifícios	31	26	27	22.03
	Alojamentos	34	11	36	
B	Edifícios	7	7	12	22.02
	Alojamentos	15	3	14	
E	Edifícios	6	6	4	16.02
	Alojamentos	12	2	11	
F	Edifícios	17	14	15	22.05
	Alojamentos	25	9	24	
G	Edifícios	8	7	8	22.06
	Alojamentos	7	5	8	
H	Edifícios	17	13	15	23.02
	Alojamentos	19	10	27	
I	Edifícios	31	29	-	-
	Alojamentos	39	23	-	
M	Edifícios	7	7	-	-
	Alojamentos	10	5	-	
TOTAL I + M	Edifícios	38	36	45	22.07
	Alojamentos	49	28	52	
J	Edifícios	17	12	39	28.01
	Alojamentos	16	7	3	
L	Edifícios	27	26	40	22.08
	Alojamentos	46	22	47	
N	Edifícios	20	19	32	22.09
	Alojamentos	28	10	34	
P	Edifícios	12	10	13	22.10
	Alojamentos	12	4	14	
Q	Edifícios	13	11	11	34.01
	Alojamentos	12	2	11	
R	Edifícios	4	3	1	35.01
	Alojamentos	1	0	0	
TOTAL	Edifícios	217	190	226	-
	Alojamentos	276	119	261	

2. CLASSIFICAÇÃO DO EDIFICADO

As propostas, apontam, na sequência da análise, das características arquitectónicas, tipológicas, construtivas, de estado e de uso, dos edifícios, englobando, no conjunto delimitado, de 226 edifícios e como resultado desta sistematização, definem-se os conjuntos, (Fot. 44 a 46):

- A) Edifícios monumentais e de excepcional valor arquitectónico, histórico, artístico e cultural; Memorial, Mosteiro;
- B) Edifícios de características singulares e de elevado valor arquitectónico, histórico, cultural; Igreja Matriz;
- C) Edifícios de características tipológicas e compositivas de especial significado arquitectónico e ambiental, Casa do Arcebispo, Cantina D. Diniz;
- D) Edifícios de interesse no conjunto urbano histórico.

Os restantes edifícios, compreendidos no âmbito da cidade antiga correspondem maioritariamente a edifícios, sem especial valor arquitectónico e em menor medida a edifícios descontextualizados.

Os objectivos de conservação, restauro, protecção, reabilitação, estão propostos em relação aos conjuntos, nos níveis A a D mas também, em relação a todos os edifícios, sem especial valor arquitectónico, mas não identificados como descontextualizados, na perspectiva de desenvolvimento de uma normativa adequada aos aspectos estruturais, tipológicos-distributivos, de composição de fachada, perfil e de qualidade de materiais.

"Conservar, significa manter no mesmo estado, defender cuidadosamente. A conservação exprime a atitude fundamental da salvaguarda do património histórico; por isso deve ter primazia sobre todas as outras medidas de protecção . (...) No âmbito da conservação monumental, incluem-se todas as acções preventivas que visem, prioritariamente, acautelar a sua genuinidade material (preservação da autenticidade), evitando qualquer intervenção e retardando a ruína. Na conservação devem aplicar-se materiais inócuos e técnicas tradicionais de salvaguarda, se possível a par das tecnologias modernas disponíveis.



Fot. 44 a 46 - Classificação do Edificado: Mosteiro (M.N.) - A; Casa do Pároco - C, e Edifício de Interesse no Conjunto Urbano - D

Um centro histórico habitado não poderá, pelo contrário, manter-se como conjunto, exclusivamente com medidas conservadoras. A função dos valores de uso de muitos agrupamentos arquitectónicos pode exigir, também outras medidas de protecção pontuais e cuidadosas, como o restauro e a reabilitação e, muito excepcionalmente, a renovação.

Restaurar, significa restabelecer, regressar à situação primitiva ideal. O vocábulo, não deve ser utilizado para grandes intervenções de protecção monumental: trata-se de uma medida de terapêutica específica, muito diferente da conservação ou da renovação, mas por vezes complementar daquela e, frequentemente confundida com esta (...) Enquanto a conservação procura consolidar, tecnicamente, as partes isoladas de um monumento que ameaçam dano, o restauro, adoptando as regras válidas para a conservação preocupa-se com a integridade técnica da sua configuração geral, como produto de significado histórico e de valor artístico (materiais, formas, figuras, cores, texturas, etc.).

Na recuperação adequada de um monumento, devem-se examinar também a sua função específica, as suas potencialidades e qualidades espaciais e construtivas e a relação dial e significativa que ele mantém com o contexto envolvente, que lhe dá escala e é testemunho do seu passado histórico, mesmo nos casos especiais de restauro, para que as componentes do conjunto não sejam restauradas separadamente

Renovar, significa alterar, fazer ou dar aparência de novo. (...) A renovação apela, de modo especial à totalidade estética do monumento ou do conjunto, no sentido de um refazer do seu aspecto exterior, como um valor novo, ao gosto expressivo da própria contemporaneidade ou na perspectiva estética e cultural do comitente. Mas, se a reparação desse aspecto ficar confinada a trabalhos de conservação, limpeza e desentulho, harmonizados com acabamentos, situar-se-á ainda no âmbito do restauro; daí, a confusão frequente entre restaurar e renovar.(...)

Há agrupamentos arquitectónicos onde uma renovação é disponível, em princípio, por poderem limitar-se aos critérios dos trabalhos de conservação e de restauro, acima exposto. A renúncia à renovação aplica-se nesses conjuntos que

só devem ser conservados, eventualmente restaurados ou pontualmente reabilitados, mas nunca renovados.

(...) Finalmente, há ainda núcleos urbanos antigos que «aguentam» a necessidade ou a conveniência de medidas renovadoras ajustadas e integradas, em áreas onde, por exemplo, devido à excessiva degradação ou a imponderadas alterações adventícias, já não há nenhum conteúdo histórico para proteger." ¹ Ora, este não é, sem dúvida alguma, o caso do Núcleo Antigo de Odivelas.

A reestruturação arquitectónica, no diminuto tecido edificado não protegido, admite um grau de elaboração figurativa, que pode permitir a contemporaneidade e a identidade própria, debaixo de um critério geral, de integração e sobriedade de linguagem formal.

Propõe-se ainda, acentuar os aspectos de silhueta urbana, conservação de perspectivas e de volume edificado, protecção de elementos ambientais, qualidades compositivas, uso de materiais, etc.. (Carta 5)

A protecção, engloba como objectivo, não só os aspectos derivados da catalogação, instrumentados por via normativa, mediante a definição dos tipos de actuações admitidas nos edifícios existentes, mas também a preservação dos diversos componentes morfológicos integrantes do Núcleo Antigo.

Esta proposta, dá prioridade ao critério ambiental, de integração e da composição urbana, de uso e escala, não só dos edifícios mas também dos conjuntos, onde estes se inserem, denotando alguns deles, qualidades relevantes para se distinguirem como unidades mesmo, no contexto do Núcleo Antigo, face à sua organização formal e morfotipológica, do conjunto, constituindo-se assim unidades operativas, face à coerência dos espaços públicos que encerram, e à qualidade do conjunto edificado.

Como referências, assinalam-se, os conjuntos edificados, correspondentes aos assinalados, nos levantamentos, pelas letras I, L, M e N, face ao carácter e ambiente, e considera-se de mencionar, as unidades designadas por Largo D. Diniz

¹ JORGE, Virgolino, *Princípios de Salvaguarda do Património Monumental*, Correio da Natureza, Nº 17, Lisboa, 1992, Págs. 56 a 58.

LEGENDA

1 PISO



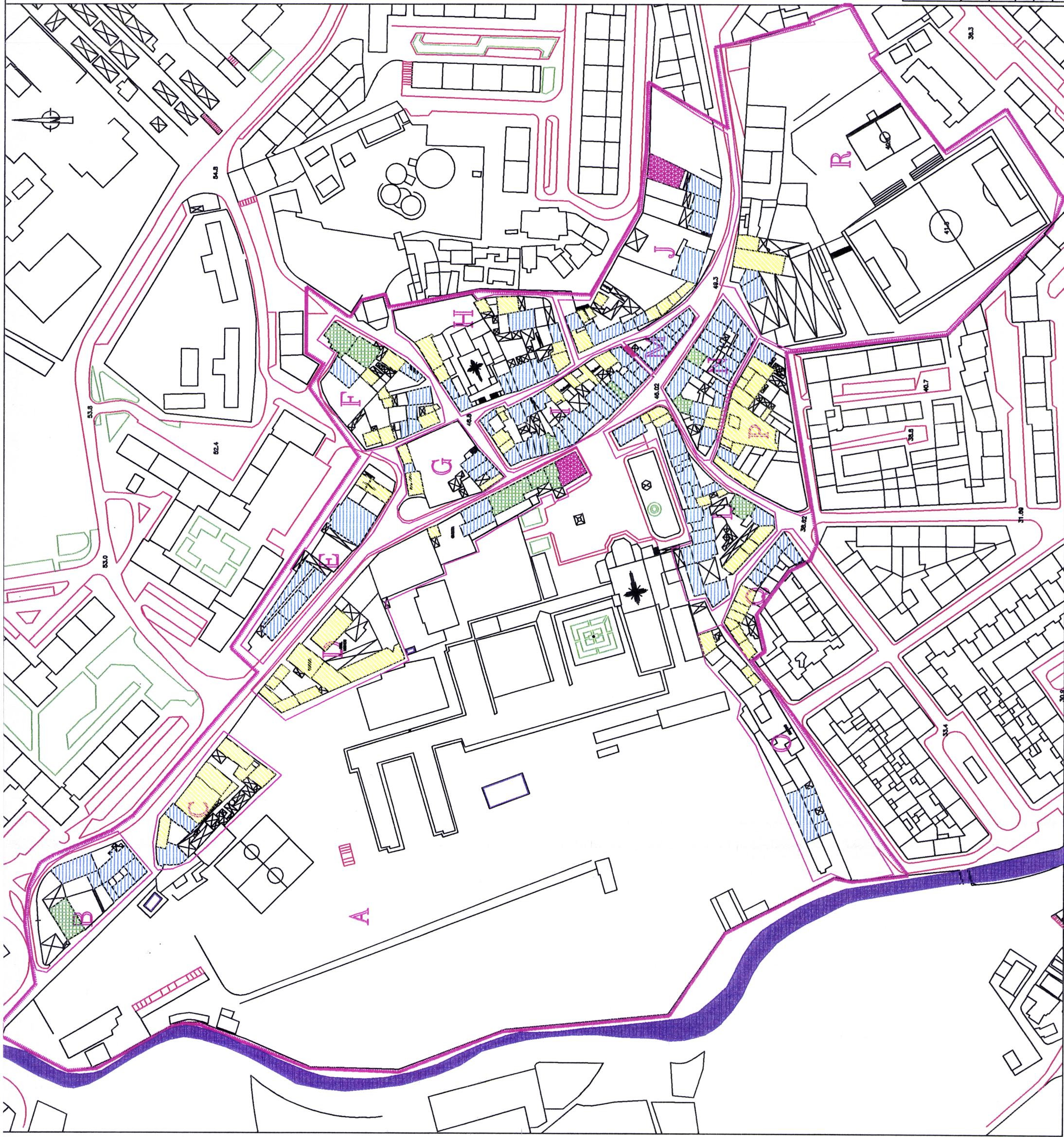
2 PISOS



3 PISOS



4 OU MAIS PISOS



MESTRADO RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO	
NÚCLEO HISTÓRICO DE ODVELAS	
CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS DE SALVAGUARDA	
Mês: 1987 FLORINDA LUXA	VOLUMETRIA DO EDIFICADO
Esc. 1:2000	Carta nº 5
Elaborado em AutoCad Ver. 12.0	

- sugerida como acção piloto, no desencadear das acções de salvaguarda, do Núcleo Antigo - e o Largo da Memória.

Assim, mesmo, a preservação do património arquitectónico, refere como objectivo, não sómente a individualização do tipo de intervenção, de restauro ou de conservação, aplicável nos monumentos ou edifícios mais singulares, mas também à definição de usos preferentes e características de ocupação em função da sua utilização na trama do conjunto.



3. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

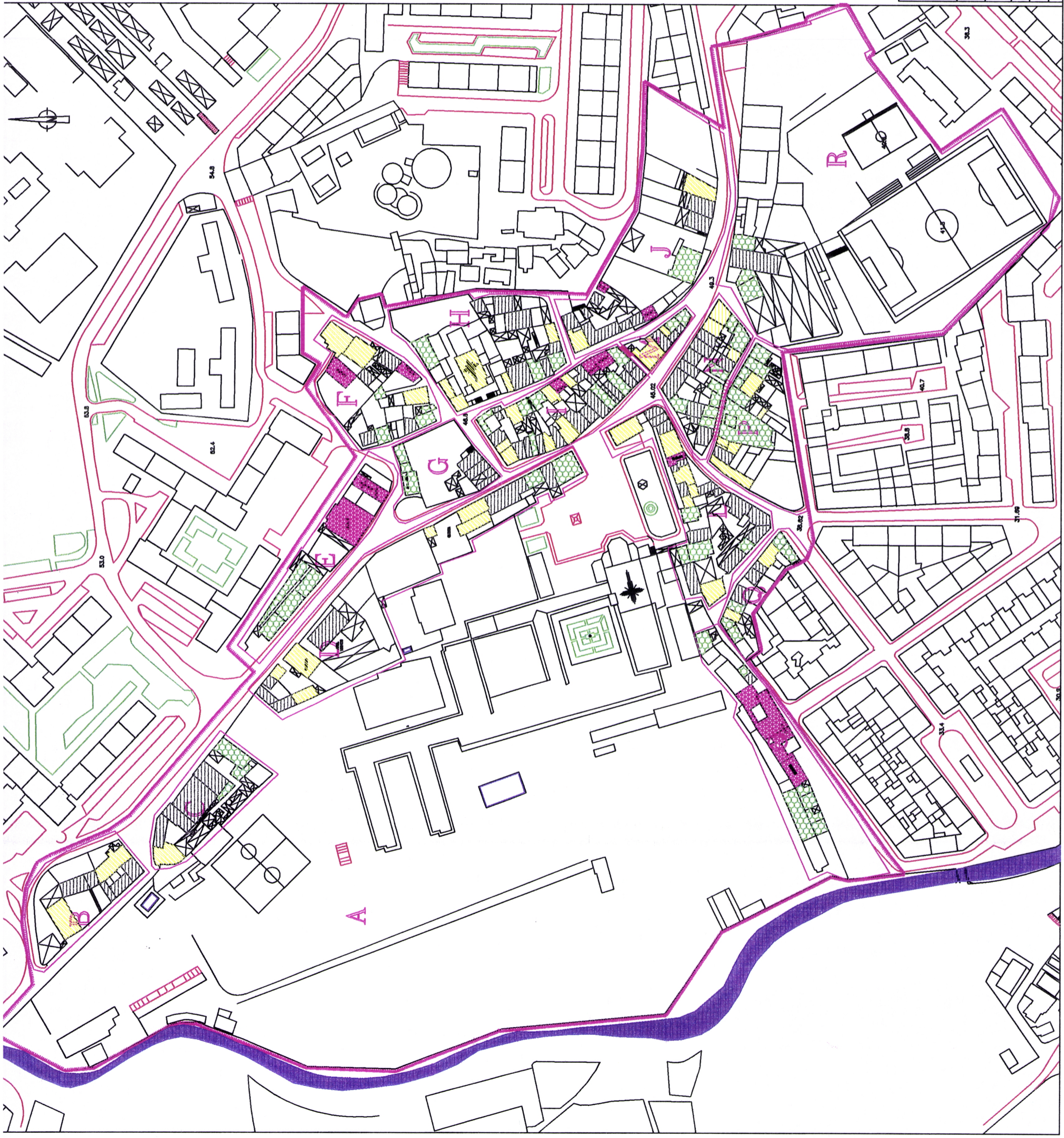
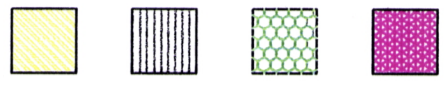
A reabilitação urbana, em que a beneficiação do parque edificado, é acompanhada do desenvolvimento sócio-económico, e de qualidade de vida, orientada para uma urbanidade equilibrada e humanizada, é a acção de maior relevo e de mais larga aplicação, já que:

- Os edifícios apresentam deficiências de vários tipos: desadequação funcional, degradação construtiva e sub-equipamentos;
- As deficiências podem pôr em risco os ocupantes, em virtude do grau de ocorrência: alto risco (alugamento); médio risco (despreendimento, falta de ventilação) e reduzido risco controlável (fissuras, má isolamento);
- Os edifícios são ocupados por população com diferentes capacidades para a conservação: capacidade económica reduzida ou limitada;
- A realidade, apresenta combinações das possibilidades teóricas referidas, a que se associam outros factores, resultantes de condições políticas, sócio-económicas e administrativas, tais como: existência de apoios financeiros oficiais para os trabalhos de conservação e que face aos encargos necessários, são diminutos; os apoios são, na maior parte dos casos, inversamente proporcionais, à capacidade económica dos particulares.

Assim, na reabilitação do edificado há que decidir: quais as medidas de política a adoptar, a formalização de normativos administrativos e financeiros e ainda a selecção dos métodos, conjugando critérios técnico-operativos e de decisão técnico-económica. (Carta 6)

LEGENDA

- BOM
- RAZOAVEL
- MAU
- RUINAS



MESTRADO RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

NÚCLEO HISTÓRICO DE ODVELAS

CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS DE SALVAGUARDA

CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO

Mês: 1987
FLORÉNTIA LIMA

Esc. 1:2000
Folha nº 6

Elaborado em AutoCad Ver. 12.0

A beneficiação do edificado, pode ser induzida estrategicamente, pela requalificação de equipamentos colectivos e infraestruturas, ou estimulada pela requalificação dos espaços públicos, acessibilidades ou saúde pública, mas não esquecendo, que o verdadeiro motor da reabilitação sustentada numa área urbana, assenta no desenvolvimento do sector social/actividades, já que a decadência do património construído é quase sempre, também sinal de crise na estrutura social.

A reabilitação, deve, em princípio, ser desenvolvida, ao ritmo da dinâmica sócio-económica, dos agentes estimulados, face às capacidades endógenas, privilegiando os programas, as medidas preventivas e os direitos de opção da administração local, com base num conjunto de medidas, assente nos estudos preliminares de planeamento, tendo em atenção:

- Os níveis de qualidade mínimos da construção e das condições de habitabilidade;
- As tipologias edificatórias tradicionais e a sua relação com as condições de habitabilidade dos edificios; (Fot. 47 a 49)
- A aplicação dos métodos de estimativa e de decisão técnico-económica, que justifiquem a reabilitação e grau desta.
- Acções Propostas e medidas de enquadramento no processo de intervenção:
 - ◆ Adopção de uma política de reordenamento que visa a criação de condições de habitabilidade, salubridade e conforto;
 - ◆ A adopção, de infraestruturas sociais de apoio;
 - ◆ A atracção, de novos grupos populacionais;
 - ◆ Criação de condições e mecanismos de manutenção de segmentos jovens da população, descendentes de actuais residentes, face ao seu enraizamento afectivo, económico e simbólico na zona;
 - ◆ Um processo biunívoco, que assegure a manutenção das características da zona e ao mesmo tempo, possibilite ao nível das suas estruturas e infraestruturas, numa correcta adequação às necessidades da vivência urbana actual, nas suas múltiplas vertentes.



Fot. 47 a 49 - Tipologias Edificatórias: Rua Guilherme Gomes Fernandes e Rua Combatentes da Grande Guerra

4. PERSPECTIVAS DE REABILITAÇÃO

O carácter de Salvaguarda do Núcleo Antigo exige dimensionar, qual o seu alcance de reabilitação e estimar economicamente, o montante do investimento necessário, para alcançar os objectivos, de preservação e reutilização do conjunto, dos edifícios a conservar (o que implicará nalguns casos, a correcção de elementos dissonantes) com o fim de extrair conclusões, sobre os recursos públicos e privados que deverão ser mobilizados. (Fot. 50 a 52)

A disponibilidade, dos recursos limitados, terá incidência basicamente na programação temporal, mais que na definição, quantitativa dos objectivos. Da análise do estado de conservação dos edifícios e o seu nível de ocupação, se conclui dos objectivos de reabilitação, que devem alcançar na totalidade, ou em maior ou menor medida, determinado número, de edifícios.

- Em mau estado de conservação, os edifícios alcançam um total de 60 (26,5%). Logo este conjunto de edifícios, que requerem uma acção mais urgente, compreenderão ocasionalmente acções de complemento de edificação, para ampliar o espaço habitável. Assumem maior incidência nos quarteirões E, G, I, N, O, P, Q e R.
- Edifícios, com patologias menores, (num total de 166 edifícios, 73,5%) cuja reparação e beneficiação é necessária para evitar a aceleração da sua degradação. Este conjunto, constitui uma parte muito significativa, do parque edificado, de maior valor arquitectónico.

Assim, a análise do estado das edificações permite quantificar como objecto do Programa de Reabilitação, o desenvolvimento de acções de maior ou menor intensidade sobre 206 edifícios, cerca de 90% do parque, estas acções afectarão um total de 240 fogos/habitações e fomentará a reutilização de 20 alojamentos, actualmente vagos.

Avaliação dos Custos

A avaliação dos custos da reabilitação, tem por objecto, conhecer a amplitude de um processo cuja complexidade, derivando tanto da diversidade das situações de uso, estado de conservação e propriedade, como ainda das características da



Fot. 50 a 52 - Descaracterização do Edificado, Largo D. Diniz e Calçada do Tojal

população e da capacidade dos operadores privados, exige uma pronta definição dos objectivos quantitativos, a alcançar e dos recursos económicos para o seu desenvolvimento.

Não se avaliam, os investimentos necessários ao restauro de Monumentos, que dada a sua própria natureza exigem uma aproximação técnica específica. O restauro, pela sua dimensão qualitativa, corresponde a uma intervenção a nível das instituições formais, ainda que protagonizado por sectores privados ou públicos.

O valor mais singular, do Núcleo Antigo, deriva do elevado nível de utilização urbana em especial a habitação, originando a preservação do uso residencial em condições aceitáveis de habitabilidade, o seu objectivo primordial e para avaliar o custo da reabilitação, considerou-se necessário a tipificação das intervenções de reabilitação em função do nível de intensidade.

Tipo	%	Graus
Reabilitação Ligeira	38	IV
Reabilitação Média	35	III
Reabilitação Alta	14	II
Reabilitação Especial	13	I

Assinalaram-se, os edificios objecto de reabilitação, em cada um dos tipos de intervenção, com o critério de assinalar, os edificios em mau estado, aos critérios de reabilitação alta e especial, em partes iguais. (Fot. 53 a 55)

Aos edificios em estado regular, está afecta uma reabilitação ligeira em 50%, dos casos e reabilitação média, 25%.

Para os outros usos, estima-se (em geral, comércio) que só intervém na reabilitação de elementos comum dos edificios, 50%.

Ao custo das obras, haverá ainda que adicionar os impostos, taxas e honorários relativos ao projecto, que só consideramos, nos casos das reabilitações médias, altas e especiais, porque aí a intervenção técnica em matéria de segurança estrutural e projecto arquitectónico assume já, uma parte significativa do valor total.



Fot. 53 a 55 - Edifícios em Mau Estado de Conservação - Rua da Fonte

As medidas fiscais de fomento, terão lugar na tributação de incidência directa, dedução no I.R.S., dos investimentos, na reabilitação da habitação própria ou arrendada.

A nível arquitectónico, as taxas inerentes ao licenciamento das obras de conservação e reabilitação, deveriam ter, um valor diferente das taxas aplicadas, às obras de novas construções, fomentando assim a beneficiação dos imóveis.

O Município, deveria estabelecer um protocolo com entidades bancárias, no sentido de assegurar medidas de bonificação, nos financiamentos para obras de conservação dos edifícios, no Núcleo Antigo.

CAPÍTULO III - AMBIENTE URBANO

CAPÍTULO III

AMBIENTE URBANO

A cidade é, sem dúvida, uma estrutura complexa, em permanente mutação. Hoje em dia, já não se defende a teoria, da cidade histórica, *museu*, mas sim, a da cidade histórica, *viva*. Estamos assim, a admitir que as cidades são organismos vivos, pelo que a sua gestão, deverá potenciar, o seu bom funcionamento, em total respeito pela sua envolvência.

Todo este trabalho, exige um conhecimento profundo da estrutura urbana em causa, da sua evolução, assim como de um plano geral ordenador, que nos dê uma visão global e integrada dos objectivos a atingir.

Assim, será totalmente irrealista, tentar gerir o Núcleo Antigo da cidade, de forma dissociada da gestão urbanística, de toda a sua área, envolvente. Deste modo, o ponto de partida será sem dúvida o P.D.M. complementado, por outros estudos, de forma a ordenar toda a zona urbana, onde o centro antigo, se inclui.

Efectivamente é necessário, nos dias de hoje, ter bem definidos os objectivos que se pretendem atingir, com a gestão urbanística, das áreas consolidadas. Esses objectivos, terão a ver, com inúmeros factores prévios de análise, e apontam como meta inquestionável a procura constante, de uma melhor qualidade de vida, nos centros antigos e nas cidades.

A consciência de que, afinal, também há *um ambiente* associado ao espaço urbano, surgiu entre nós na última década. O aumento do tempo de lazer e da procura recreativa introduz, um novo vector de preocupações e exigências de qualidade ambiental do espaço urbano. A consciência, de que a cidade só vive se for utilizada de forma adequada, torna-se cada vez mais importante.

Este interesse, cada vez, maior pelos limiares ambientais subjacentes a um desenvolvimento sustentável das cidades, tem sido acompanhado, pela necessidade de desenvolver sistemas de medição, dos parâmetros de qualidade, do ambiente urbano.

A conseqüente avaliação, das condições ambientais de sustentação, poderão constituir um importante instrumento, na formulação de políticas ambientais e de apoio à gestão do ambiente, em áreas urbanas.

Identificado, inicialmente, o conceito de ambiente urbano, com aspectos sanitários e carências infra-estruturais de saneamento básico, engloba hoje, preocupações ligadas à ecologia e à poluição, à estrutura verde urbana, aspectos estéticos e paisagem urbana; incluindo para além, dos factores atrás referidos, outros como o consumo energético, aspectos microclimáticos e sócio-culturais, a disponibilidade e o custo habitacional, a luminosidade e o conforto acústico e térmico no interior dos edifícios, a disponibilidade e acessibilidade a equipamentos e serviços, a oferta de infra-estruturas e de transportes, os aspectos recreativos e de lazer, os aspectos de segurança pública e de criminalidade.

O conceito de qualidade do ambiente urbano, deve ainda ser perspectivado, segundo duas vertentes fundamentais: uma ligada aos aspectos de bem estar ambiental e outra aos limiares de utilização dos recursos ambientais.

A gestão do espaço, numa perspectiva integrada e sustentada, deverá ser conduzida na possibilidade da utilização dos recursos, dentro de limites compatíveis, com a sua continuidade e que potenciam um desenvolvimento a médio/longo prazo.

A gestão urbana, correcta e eficaz, será aquela em que os objectivos de desenvolvimento económico e de promoção da qualidade ambiental se potenciam mutuamente.

A melhoria, da qualidade do ambiente dos centros urbanos, e neste caso de Odívelas, passa pela identificação, das áreas problema e pela medição, através de indicadores dos parâmetros qualificadores do ambiente urbano, que considerem aspectos como os equipamentos, a estrutura verde urbana, a habitação, as infra-estruturas, a ocupação do espaço urbano, a paisagem urbana, enquanto estrutura edificada e enquanto património construído, o microclima urbano, os meios lúdicos, a qualidade do ar, os resíduos sólidos, os riscos naturais, os riscos sociais, o vandalismo, o ruído e os transportes colectivos urbanos. (Fot. 56 a 58)



Fot. 56 a 58 - É necessária a promoção da qualidade do Ambiente Urbano
Largo D. Diniz, Rua da Igreja e Ribeira

Na proposta do estudo a desenvolver, para a área urbana de Odivelas, na qual está obviamente considerada o Núcleo Antigo, sugere-se a adopção da metodologia (Partidário, M. R., 1990), na qual é proposta a definição, do conceito e âmbito de qualidade do ambiente urbano, com vista à gestão sustentada do ambiente, em áreas urbanas e em que a medição dos parâmetros caracterizadores do ambiente urbano, é um factor essencial ao conhecimento da sua dinâmica. Os indicadores formulados, são conceptualmente flexíveis por forma a melhor acompanharem e se adaptarem á dinâmica do espaço urbano e às suas características específicas.

1. Nível de utilização dos estabelecimentos do ensino preparatório;
2. Nível de utilização potencial dos jardins de infância e creches;
3. Espaços desportivos *per capita*;
4. Número de habitantes por unidade funcional;
5. Espaços verdes *per capita*;
6. Árvores de rua por 100 habitantes;
7. Índice de área ocupada por espaços verdes públicos;
8. Densidade dos fogos;
9. Percentagem de fogos destinados a ocupação turística;
10. Nível de atendimento da população servida por E.T.A.R.;
11. Percentagem de área ocupada por planos de água com largura inferior a 1000m;
12. Interface do plano de água com o centro urbano;
13. Índice de eficácia dos planos urbanísticos;
14. Índice de ocupação global;
15. Índice de rua pedonais;
16. Edifícios classificados como monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou valores concelhios, por 1000 edifícios;
17. Percentagem de área condicionada, por medidas de protecção do património cultural construído;
18. Percentagem de edifícios situados, em áreas condicionadas, por medidas de protecção do património cultural construído;
19. Número de observações, com velocidade média do vento, inferior a 2 Km/h;
20. Densidade de papeleiras;
21. Índice de ruído, provocado por tráfego, com elevada velocidade urbana;
22. Percentagem, de motociclos e veículos pesados, no tráfego urbano.

CAPÍTULO IV - INFRAESTRUTURAS

1. Redes Distribuidoras

2. Critérios de Intervenção e Propostas de Ordenamento

CAPÍTULO IV

INFRAESTRUTURAS

1. REDES DISTRIBUIDORAS

Sob a denominação de infraestruturas, podem incluir-se as redes de água, de esgotos e energia, a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, as comunicações e os transportes.

Estas últimas, são as mais conflituosas, sob o ponto de vista ambiental nas cidades, consideradas como um dos principais responsáveis, da degradação dos centros urbanos.

Nas zonas antigas das cidades, são comuns os problemas que incidem, sobre a deterioração da qualidade de vida e que afectam todas as actividades:

- Congestão e deficiente funcionamento dos diversos trânsitos, devido ao excesso de utilização do automóvel, de forma incompatível com a trama viária e actividades;
- Inadequado funcionamento do transporte público;
- Degradação ambiental (poluição, ruído) derivada do fluxo de transportes motorizados e da rede eléctrica (intrusão visual);
- Deficiência das redes de serviços;
- Deterioração dos elementos naturais da envolvente (linhas de água/rios)
- Deterioração do espaço urbano, pela existência de actividades, que geram fortes fluxos de mobilidade motorizada, ou que detêm usos que são incompatíveis com o carácter residencial da zona;
- Deterioração do património edificado, por falta de manutenção dos edifícios e reabilitação das zonas envolventes.

De forma genérica, estas consequências, são comuns aos Núcleos Antigos e resultam no declínio das actividades económicas aí instaladas, na falta de qualidade de vida para os residentes e utentes e por fim, o abandono dos residentes, para zonas periféricas da cidade.

Uma estratégia de intervenção, deve considerar os aspectos relacionados com a mobilidade e transporte de pessoas, a actuação sobre as actividades económicas, a reabilitação do património edificado e a requalificação dos espaços públicos do Núcleo Antigo.

Assim, para a sobrevivência do Núcleo Antigo como *organismo vivo*, é imprescindível a definição de estratégias de actuação, de forma integrada, que possam levar à prática a concertação dos diversos agentes, públicos e privados, que intervêm na vida dos centros.

Estas acções integradas, devem contemplar todos os aspectos mencionados, dentro de uma estratégia adequada á requalificação urbana de toda a cidade. A zona antiga, não pode funcionar isolada das zonas envolventes, para isso é necessário estabelecer uma articulação adequada entre a primeira e as zonas novas, tanto a nível urbanístico e de usos de solo, como do modelo de acessibilidade, diferenciado em ambas as zonas, conseqüente das distintas condições físicas e funcionais das tramas viárias.

Embora, aparentemente homogêneas, existem no Núcleo Antigo zonas diferenciadas, quanto ao seu carácter predominante. Assim, encontramos praças, largos, ruas, travessas e vias pedonais: espaços públicos não lineares e espaços públicos lineares.

De notar que existem ruas, (Rua Guilherme Gomes Fernandes), que assumem uma localização chave, dentro não só do Núcleo Antigo, mas também na cidade, assegurando ligação entre zonas, registando intensos fluxos de atravessamento, remetidos para percursos viários alternativos, como modo de fuga a circuitos congestionados, e ainda por falta de controle adequado á sua utilização.

Estes efeitos negativos ambientais, resultantes, aparecem com maior intensidade nas ruas principais (Rua Guilherme Gomes Fernandes, Rua Alberto Monteiro e Rua do Neto) mas no tocante ao estacionamento, desordenado e caótico, podemos referir que afecta todo o tecido.

O estacionamento, de forma massiva, na via pública, aparece como um dos problemas mais graves cuja resolução, conduziria à melhoria da qualidade de vida

dos habitantes, desta zona antiga. Assim, temos hoje, que a rua como local de convívio, desapareceu para dar lugar, só à circulação automóvel, e os espaços monumentais e singulares, (Largo D. Diniz) praças, largos (Largo da Memória) e outros acabaram por ser, meros depósitos de automóveis. (Fot. 59 a 61)

Resulta, desta conturbada vivência, numa clara incompatibilidade entre a estrutura das ruas, as funções que estão localizadas nos edifícios adjacentes e a utilização excessiva do tráfego rodoviário.



2. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO E PROPOSTAS DE ORDENAMENTO

A gestão urbanística e as estratégias de salvaguarda do Núcleo Antigo de Odívelas, devem assegurar de forma efectiva as alterações de usos do solo, não só desta área, como da envolvente, bem como as alterações de uso dos edifícios reabilitados, de modo a manter as actividades tradicionais, sobretudo aquelas que se verifiquem serem importantes para os residentes.

A introdução de novos usos, que arrastem um incremento de necessidades de transporte, podem agravar o congestionamento existente.

Neste sentido, os objectivos de ordenamento do sistema de circulação e estacionamento, são:

- A eliminação do tráfego de passagem/atravessamento;
- A limitação do número de veículos, que tem acesso ao centro;
- A adequação do tipo de circulação às condições físicas, funcionais e ambientais de cada rua;
- A beneficiação das acessibilidades, através dos diversos modos de transporte, favorecendo o público ao privado;
- A libertação de espaços centrais, de formas a melhorar a qualidade de vida dos residentes e do ambiente urbano da cidade.

A prossecução dos objectivos enunciados, pode realizar-se mediante:

- A reestruturação do transporte colectivo, estabelecendo medidas de prioridade física e funcional dos transportes públicos, na circulação geral da cidade;



Fot. 59 a 61 - Deterioração do Edificado e do Espaço Urbano
(Largo D. Diniz)

- Uma boa acessibilidade dos transportes colectivos, diminui as necessidades de espaço necessário, para o estacionamento e circulação de viaturas privadas, possibilitando a beneficiação dos espaços públicos e o desenvolvimento de áreas pedonais;
- A utilização de unidades de transportes colectivos de menores dimensões, permitindo um funcionamento mais flexível, maiores frequências e uma melhor integração na paisagem da zona antiga.
- Hierarquização viária, com uma repartição do espaço adequado à funcionalidade dos diversos tipos de circulação, tentando compatibilizar as condições físicas das ruas com as actividades que nelas têm lugar;
- As vias distribuidoras (tipo misto) devem assegurar espaços definidos, para as diferentes circulações, enquanto nas ruas locais, a circulação pedonal é prioritária e a circulação automóvel condicionada.

Existe a necessidade, de desenvolver um estudo global, com análise e diagnóstico da situação actual e com uma proposta de soluções válidas. Não se trata sómente, de um estudo técnico, de tráfego automóvel, mas um plano integrado de espaço e mobilidade não só para a zona antiga, mas com o objectivo de salvaguardar os valores do Núcleo, como para toda a cidade, assegurando aos cidadãos o seu uso e fruição, a sua funcionalidade económica, e equilíbrio entre os diversos agentes, garantindo:

- A mobilidade de todos os utentes;
- A mobilidade dos transportes públicos, de segurança, de emergência, e saneamento;
- As cargas e descargas de mercadorias;
- O estacionamento aos diferentes utentes;
- O acesso directo e fácil a estes estacionamentos;
- As conexões rápidas e directas entre os pontos mais importantes da cidade;

As soluções propostas a curto prazo, de custo moderado:

- Utilizariam, métodos organizativos do tráfego no interior da cidade;
- Diversificação do tipo de operadores de transporte público. (Carta 28, Anexo I)

As soluções a médio e longo prazo, englobam:

- O centro intermodal do Plano Pombais/Silvado; (Carta 28, Anexo I)

- A realização de via de ligação Nascente/Poente -T14 e T16; (Carta 18, Anexo I)
- Estabelecimento de estacionamentos no subsolo, nomeadamente na Quinta da Memória. (Quarteirão R)

As propostas de salvaguarda, apontam ainda a necessidade, de desenvolver um estudo, em que sejam analisadas, as infraestruturas do Núcleo Antigo, capacidade e não só, face ao seu, correcto dimensionamento e funcionamento (águas, esgotos domésticos e pluviais), como a eliminação dos aspectos inestéticos, de intrusão visual, no ambiente urbano (rede eléctrica e telefónica) abordar o carácter exploratório, da efectiva possibilidade de extensão das redes de gás (GDP) e da TV Cabo, já a operar na cidade de Odivelas, ao seu Núcleo Antigo. (Carta 19, Anexo I)

O estudo, referido, deverá ainda analisar as infraestruturas urbanas, do Núcleo Antigo, (e também da cidade), face à eventual ocorrência de situações de emergência (incêndios e sismos), nomeadamente a rede de água para incêndios, rede eléctrica, comunicações, rede viária e espaços disponíveis para concentração de população em caso de sinistro.

A definição das medidas correctivas, a implementar, será fundamentada pela análise de riscos do edificado (tipologia construtiva e morfologia urbana), da sua utilização (habitação, escolas, comércio, indústrias e edifícios classificados), face à regulamentação, (Decreto-Lei Nº 426/89), normas e recomendações existentes, já que no tecido urbano consolidado e antigo é extremamente frequente a densidade de ocupação (Quarteirões D, I, N, M), existindo um tipo de ocupação fundiária caracterizada pela existência de lotes de dimensões reduzidas e sobrecompartimentados. Nestes lotes estreitos, com grande ocupação em profundidade é comum a existência de edifícios com apenas uma fachada livre. Os logradouros, soluções características destas morfologias urbanas tradicionais, são de dimensões extremamente restritas e muitas vezes, ocupados, com acrescentos à construção inicial, sendo ainda normal a existência de compartimentos desprovidos das necessárias condições de ventilação.

Para além destas, também as características construtivas e usos dos edifícios, estão muitas vezes na origem da deflagração de incêndios, que se estendem rapidamente do edifício de origem ao conjunto, onde este se insere.

Com base, na análise do edificado, do Núcleo Antigo de Odivelas sugerem-se, as medidas a introduzir, no edificado e a ter em conta, nas obras de beneficiação e ou reabilitação, para reduzir o risco de deflagração de incêndio:

- Reparação e beneficiação das instalações técnicas;
- Eliminação ou limitação e controlo rigoroso de matérias inflamáveis (comércio e indústria);
- Substituição de materiais combustíveis.

Medidas para evitar a propagação do incêndio:

- Reduzir a densidade de ocupação do solo (demolição selectiva dos anexos, à construção original, nos logradouros);
- Melhorar as condições de reacção ao fogo dos materiais de construção e de resistência ao fogo dos elementos de construção;
- Utilização de materiais isolantes e proceder à ignifugação dos materiais combustíveis;
- Limpar, todos os sótãos e coberturas com uma periodicidade anual, e utilizar revestimentos de classe M0 (Decreto-Lei N° 426/89) na cobertura;
- Separar espaços comerciais e espaços habitacionais, mediante a utilização de elementos da classe de reacção do fogo CF90.

Medidas para facilitar a evacuação dos edifícios em caso de incêndio:

- Criação de meios de evacuação alternativos que permitam a saída para os espaços exteriores ou interiores dos quarteirões e garantir a ligação destes espaços com a rua;
- Estabelecimento de acesso directo à cobertura;
- O enclausuramento das escadas interiores de forma que fiquem ao abrigo de fumos e gases, e a melhoria de condições de ventilação.

Medidas para facilitar o ataque ao incêndio:

- Estabelecer um plano prévio de intervenção;

- Estabelecer um esquema viário que facilite as operações dos bombeiros, e a identificação dos locais de uso condicionado ou impossível a viaturas de bombeiros;
- Assegurar a existência de rede de abastecimento de água com a pressão mínima necessária;
- Colocação de bocas de incêndio necessárias face à área;
- Possibilitar, o acesso ao interior dos quarteirões.

CAPÍTULO V - ESPAÇOS PÚBLICOS

1. Evolução da Utilização dos Espaços

2. Implementação de Áreas Pedonais

CAPÍTULO V

ESPAÇOS PÚBLICOS

1. EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

A profunda alteração, das características da vida urbana, contribuiu significativamente, para o processo de degradação, do meio ambiente urbano. Assim, como o sistema de produção industrial afectou, o equilíbrio ecológico natural, o seu modelo aplicado ao planeamento urbano afectou a qualidade de vida na cidade e a ecologia da rua. Verificou-se, assim, uma alteração das características da vida urbana e dos espaços públicos, consequência, em parte, desta distribuição desequilibrada, do espaço, entre peões e automóveis. Este desequilíbrio é mais acentuado nas zonas antigas, em que 80 a 90% das deslocações internas são pedonais, mas onde 80% do espaço é utilizado por automóveis.

Também este desequilíbrio, assume maior diferencial, quando muitas das zonas de expansão da cidade, continuam a depender, em termos de acessibilidade da circulação por ruas, de perfil insuficiente, para permitir a circulação rodoviária e, inseridas nos Núcleos Antigos numa malha urbana, orgânica, não planeada cujas ruas, não comportam o trânsito, ainda mais com a intensidade de fluxos, que por vezes as caracterizam. Este processo, traduziu-se na prática por um desequilíbrio da ecologia da rua, entendida como um sistema de interacção complexa e de influências recíprocas entre as funções da rua: as actividades que nela se realizam, os indivíduos e as comunidades. São sintomas do desequilíbrio, na forma como esta interacção, se processa nas características do uso da rua: ao longo do dia, pelos peões, pelos residentes nas habitações contíguas e pelos diferentes tipos de veículos, de que são indicadores, aspectos como a ocupação do espaço da rua e o tráfego.

O equilíbrio ecológico, das ruas nas cidades, ditas modernas, tem-se alterado geralmente de uma forma gradual e repetitiva através de um processo de impacto, resultante da intensificação do tráfego automóvel e do aumento do espaço ocupado por veículos, do conflito entre as actividades e funções anteriormente

estabelecidas e a nova situação, e uma adaptação, através da modificação do tipo de actividades e funções, nomeadamente o decréscimo ou relocalização de actividades.

Entre nós, nas duas últimas décadas, tem-se assistido, a um maior ênfase, em acções de Reabilitação Urbana, porque falamos na maior parte das vezes, nas zonas antigas das cidades, resultante das respostas, a necessidades quotidianas em termos de modos de vida, tendo em vista melhorar o meio ambiente urbano de forma, a tornar a vida na cidade mais agradável, isto é, no fundo a requalificar a cidade.

O melhoramento significativo, do meio ambiente e da qualidade de vida, nas cidades implica, a recuperação do equilíbrio ecológico da rua. É importante, que a rua deixe de ser um canal de passagem, para ser um espaço com funções essenciais de convívio, recreio e interacção social, com um papel relevante na promoção de uma maior vitalidade urbana. (Fot. 62 a 65)

Para além do objectivo genérico de melhorar a qualidade de vida, muito afectada nas zonas antigas das cidades, a Reabilitação Urbana, numa perspectiva integrada, surge frequentemente associada a objectivos concretos de fortalecimento da economia, a resolução de problemas sociais e de criminalidade, utilizando, podemos mesmo dizer, o urbanismo como um meio de conseguir objectivos sociais, políticos e económicos. A Reabilitação Urbana, pode igualmente, assumir um papel, em que é encarada, como um processo contínuo e dinâmico de adaptação da cidade, às novas necessidades do indivíduo.

"O que parece importante e estratégico nisto, mas que também se conhece muito mal, (...), é o espaço colectivo, o espaço comum ou, de uma forma mais redutora, o espaço público que aparece como o novo lugar, mas como o lugar que muda e que une bocados muito diferentes do urbano. Fragmentos muito diferentes do urbano.

Parece ser talvez o único conceito em que começa a haver um certo consenso. É o de que o espaço comum, pode ser o local de trabalho de muita gente (...) É que se pensa que este tipo de espaço comum pode ser mais perene, e que tem alguns efeitos indutores sobre as actividades que lá se aglutinam, que se ligam nesse



Fot. 62 a 65 - Espaços Públicos: Calçada Nossa Senhora do Monte Carmo e Rua Guilherme Gomes Fernandes, Ruas essencialmente pedonais

espaço comum, que pode ir do centro à periferia, que pode ligar com os de trabalho, e os com os de residência." ¹



2. IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PEDONAIS

É nestes princípios, consignados nos estudos de Salvaguarda do Núcleo Antigo de Odivelas, que assentam as acções agora sugeridas, como a operação piloto de Requalificação do Largo D. Diniz, assente numa estrutura e objectivos delineados, no âmbito da reabilitação integrada da área do Núcleo Antigo, contribuindo para a requalificação de forma abrangente, da cidade de Odivelas.

A implementação, na Calçada de N^o. Sr.^a do Monte Carmo, de áreas pedonais e a requalificação da Rua Guilherme Gomes Fernandes no seu troço, Poente-Norte, enquadram-se num conjunto de medidas de Reabilitação Urbana, que visam uma maior integração de funções e espaços, face à localização de um novo equipamento - Biblioteca Municipal D. Diniz - na cidade de Odivelas, assim como a recuperação do meio ambiente urbano, como forma de requalificar a cidade.

A eficácia destas medidas, depende intrinsecamente do efeito de conjunto e das influências recíprocas, que para além da implementação propriamente dita das áreas pedonais, compreendem nesta intervenção exploratória e numa forma mais global para o Núcleo Antigo:

- O equipamento dessas áreas com mobiliário urbano e a promoção de uma variedade de actividades - culturais (na qual estamos em presença com a implementação da Biblioteca; comerciais; de recreio, - de forma a aumentar a atractividade e a vitalidade das áreas pedonais;
- Incentivos, eficazes á manutenção e recuperação de edificios na envolvente;
- Intensificação e melhoramento dos transportes públicos e das suas condições de operação, conferindo-lhes um tratamento especial de que resulta um melhor aproveitamento, das infra-estruturas existentes;
- Criação de uma adequada acessibilidade às áreas pedonais, mediante a criação de estacionamento nas imediações, e de transportes públicos de acesso a essas áreas, com paragens devidamente localizadas (Proposta de estacionamento no subsolo da área da Quinta da Memória; ponderação de

¹ PORTAS, Nuno, *Viver na Cidade*, Colóquio G.E.S./L.N.E.C., Lisboa, 1990, Pág. 8

introdução de novos tipos de transportes públicos, necessidade de estudo de circulação de tráfego e estacionamento, constituindo um sistema integrado);

- Implantação de áreas de restrição ao tráfego automóvel, geralmente mais vastas que as áreas pedonais, em conjunto com a intensificação dos transportes públicos nessas áreas;
- Acções de fomento, a uma maior rotatividade das áreas de estacionamento mais próximas ou inseridas nas zonas antigas, através da implementação do estacionamento tarifado;
- Implementação de regras e horários de cargas e descargas, do estacionamento ligado às actividades;
- Acções de *marketing* e a promoção, das medidas tomadas, sobretudo na fase subsequente à sua implantação.

Assumindo, uma função básica de revitalização da vida urbana - compreendendo o fomento de uma maior interacção social mediante a criação de pontos de encontro ou reunião de pólos de informação e discussão, de zonas de integração de diferentes grupos etários e sociais, as áreas pedonais integradas num sistema de medidas de diferentes tipos, consignadas nas propostas de reabilitação de Odivelas, podem ter diferentes objectivos e funções específicas, tais como:

- melhorar as condições de segurança, eliminando conflitos entre veículos e peões;
- ordenar o sistema de gestão de tráfego;
- preservar e aumentar, o potencial atractivo, das zonas antigas: local histórico e simbólico;
- reduzir a poluição ambiental.

CAPÍTULO VI - ESTRUTURA GLOBAL DA PAISAGEM

- 1. Conceitos Básicos de Intervenção**
- 2. Conceito de Estrutura Global**
- 3. Estrutura Edificada**
- 4. Valor Cénico da Paisagem**
- 5. Proposta de Intervenção**
- 6. Espaços com Domínios de Áreas Verdes**

CAPÍTULO VI

ESTRUTURA GLOBAL DA PAISAGEM

1. CONCEITOS BÁSICOS DE INTERVENÇÃO

O concelho de Loures, sofreu o maior período de crescimento a partir dos anos 50, sobretudo, com a mão-de-obra, destinada a Lisboa.

A comparação entre a cartografia, desde 1951 e 1994, permite verificar o enorme aumento da área ocupada pela edificação nestas últimas décadas. (Carta 28, Anexo I)

O processo histórico urbanístico, no nosso País, conduziu a uma ocupação do território de forma indiscriminada, caótica, fragmentada e não estruturada, na qual a implantação dos edifícios não levaram em conta, a estrutura ecológica e as pré-existências culturais existentes.

Assim, e como resultado deste processo, deparamos com uma situação de enorme degradação, ao nível do espaço edificado, aliado á falta de legibilidade e identidade.

É necessário, qualificar o espaço não edificado, dando-lhe coerência através do desenvolvimento de uma estrutura, que interligue e integre os espaços edificados.

Esta estrutura, compreenderá não só os espaços verdes existentes ou propostos, mas também os espaços que, não sendo verdes, têm uma função imprescindível na sua reestruturação. (Carta 3)

Deverá ser, uma estrutura contínua, integrando, por um lado, as áreas de maior valor ecológico, e por outro, os percursos e os espaços já existentes ou a criar, que poderão servir o convívio e encontro das pessoas, constituindo em simultâneo importantes referências físicas funcionais ou sociais, no espaço não edificado.

LEGENDA

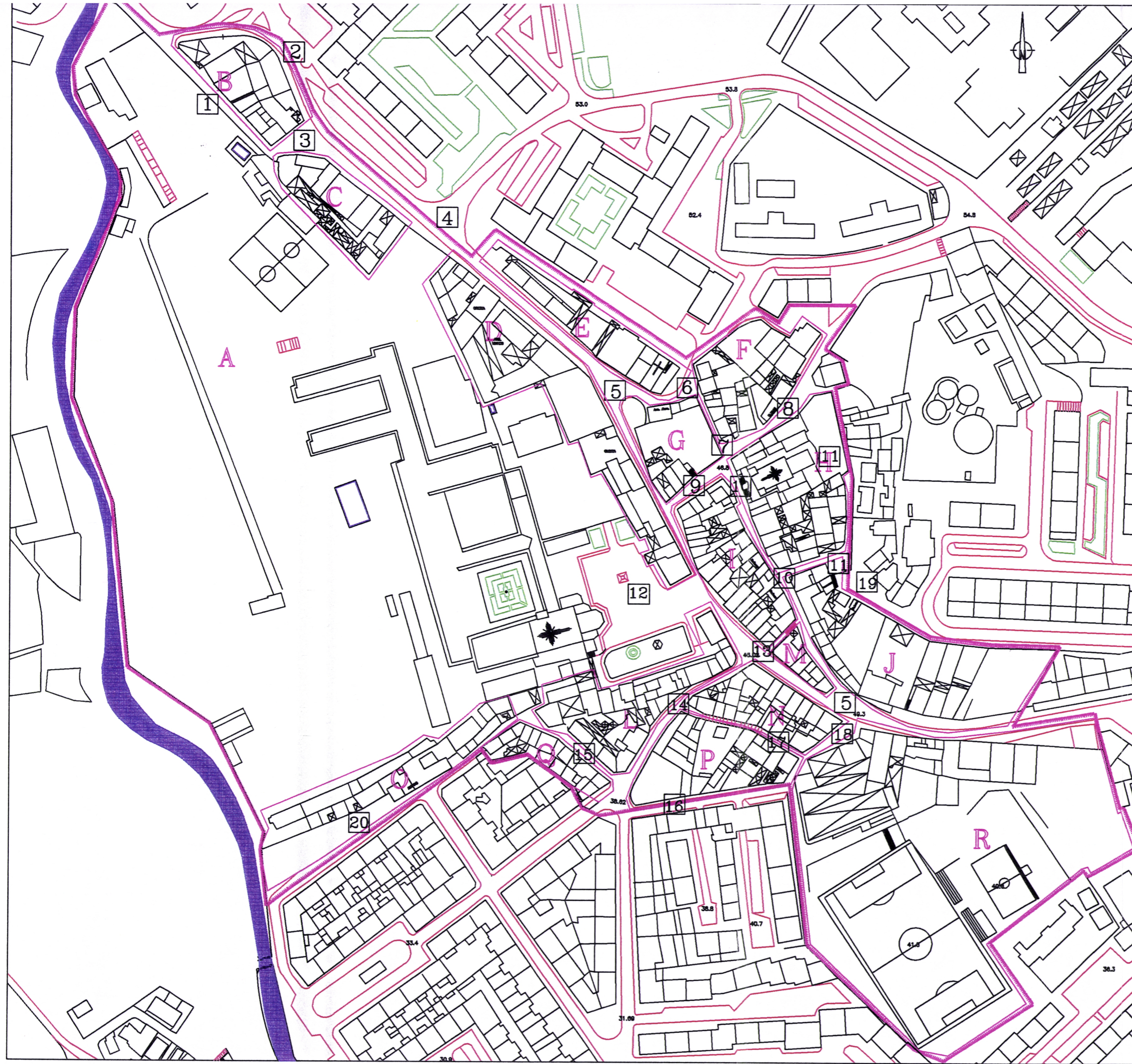
- 1 Rua da Arroja
- 2 Rua Combatentes do Ultramar
- 3 Largo Mateus Gregorio Rodrigues
- 4 Rua Comb. da Grande Guerra
- 5 Rua Guilherme Gomes Fernandes
- 6 Largo N. Sra. Monte Carmo
- 7 Tv. N. Sra. Monte Carmo
- 8 Rua Alberto Pereira Goncalves
- 9 Rua da Igreja
- 10 Rua Alberto Monteiro
- 11 Rua Dra. M. Gomes da S. Santos
- 12 Largo D. Diniz
- 13 Tv. da Cruz
- 14 Rua do Neto
- 15 Rua Antonio Maria Bravo
- 16 Rua do Souto
- 17 Tv. das Cardosas
- 18 Largo da Memoria
- 19 Tv. da Mina
- 20 Rua da Fonte

MESTRADO RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

NÚCLEO HISTÓRICO DE ODVELAS

CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS DE SALVAGUARDA

Mão 1987	TOPONÍMIA	Esc. 1:2000
FLORINDA LDA		CARTA Nº 3



2. CONCEITO DE ESTRUTURA GLOBAL

Os aglomerados urbanos, desenvolveram-se sobre uma paisagem pré-existente, que deve influenciar de forma determinante, o seu carácter.

Para que os aglomerados coexistam, em termos sustentáveis com a paisagem que lhes deu origem é indispensável, preservar o funcionamento dos sistemas ecológicos, que lhes estão subjacentes.

O objectivo é o de planear a organização do território, na perspectiva do espaço exterior, público ou privado, partindo do princípio que a qualidade do espaço exterior constitui, uma componente indispensável à qualidade de vida urbana, e à identificação e implicação dos utentes, com o espaço em que habitam.

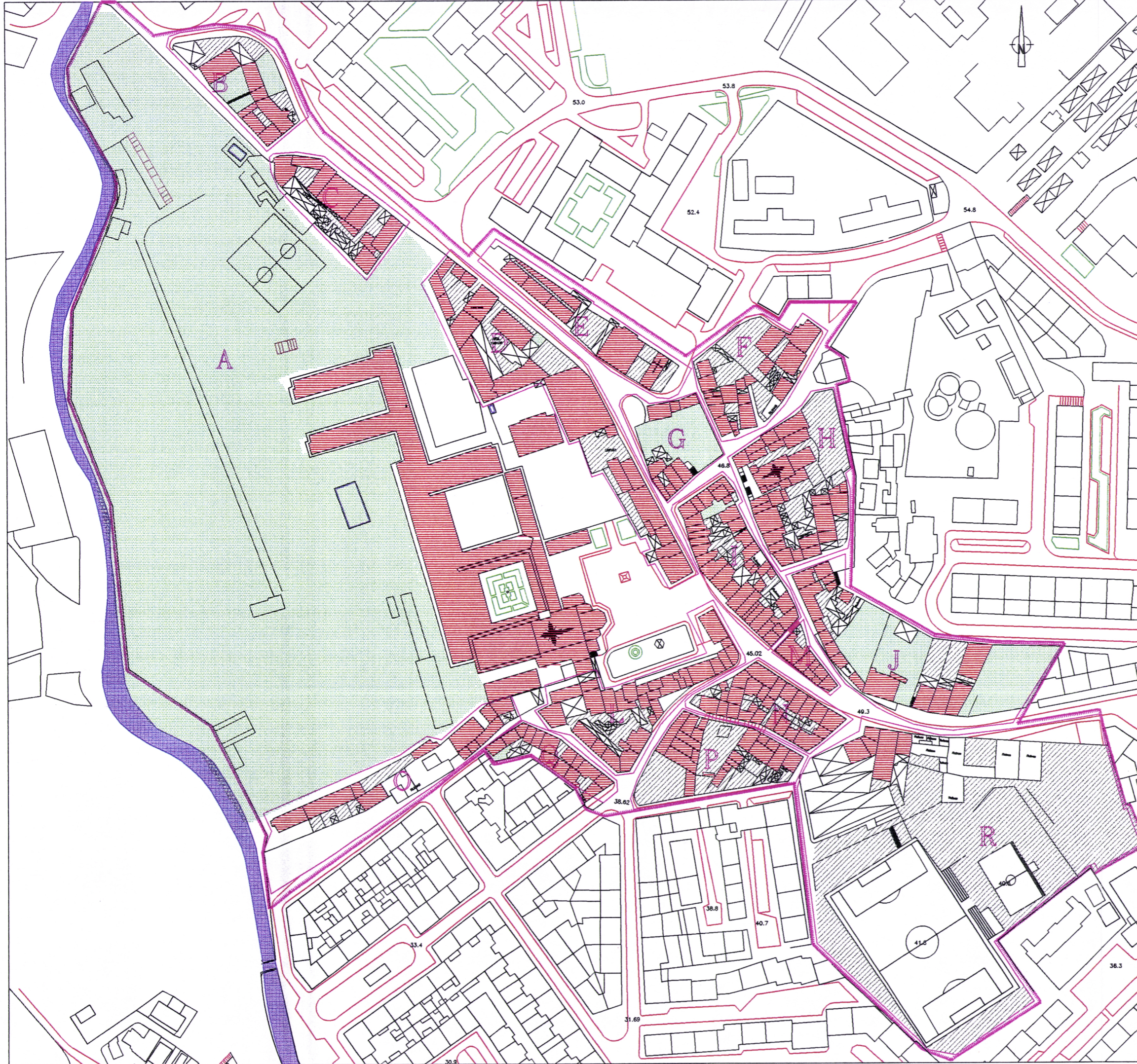
A situação actual de degradação, pelo contrário, como é conhecido através da investigação no domínio da psicologia ambiental, potencializa comportamentos marginais e sentimentos de insegurança que em nada contribuem para o desenvolvimento da vida colectiva, necessária ao estabelecimento de modos de vida saudáveis e conviviais.

A metodologia visa, assim, a estruturação do espaço exterior, através de um modo, que estabeleça a ligação entre o espaço urbano e a envolvente e entre as várias ocupações fragmentadas, criando uma hierarquização e legibilidade do espaço.

Esta metodologia, pressupõe uma intervenção que incide, não sobre todo o território de forma indiscriminada, mas sim sobre a sua estrutura e os espaços que se consideram indispensáveis aos objectivos definidos. (Carta 12)

As áreas intersticiais, desta estrutura, poderão sofrer desenvolvimentos posteriores, à medida das necessidades e disponibilidades dos promotores públicos ou privados.

A estrutura global da paisagem é assim constituída por duas sub-estruturas - a Estrutura Ecológica, representativa da paisagem natural, e a Estrutura Cultural, representativa das intervenções, que resultaram, da humanização da paisagem natural.



LEGENDA

ESPAÇO PRIVADO



ESPAÇO EDIFICADO



ESPAÇO NÃO EDIFICADO



ESPAÇO NÃO EDIFICADO
COM VEGETAÇÃO

MESTRADO RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS

CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS DE SALVAGUARDA

Maio 1997
FLORINDA LIXA

TIPOS DE ESPAÇO

Esc. 1:2000
CARTA Nº 12

Elaborado em AutoCad Ver. 12.0

A Estrutura Global, deverá ser contínua e englobar, por um lado, as áreas de maior valor ecológico e, por outro, elementos significativos da estrutura edificada, já existentes. (Fot. 66 a 68)

A Estrutura Ecológica, é constituída pelas reservas ecológicas e agrícola nacionais, bem como, pelo domínio público hídrico.

A diferença entre Estrutura Ecológica e Estrutura Verde, resulta de que enquanto a última engloba todo o espaço não edificado e não pavimentado, a Estrutura Ecológica constitui um subsistema da estrutura verde, integrando as áreas mais sensíveis e representativas dos ecossistemas presentes. ¹

"Quanto à decomposição da estrutura Verde em Estrutura Verde Principal e estrutura Verde Secundária, designação normalmente utilizadas a nível do planeamento urbano e consagradas nas normas do C.E.P. ² dizem respeito a uma hierarquia de carácter funcional e ecológico. Nesta classificação a Estrutura Verde Principal engloba a Estrutura Ecológica e a Estrutura Verde Secundária, correspondente ao espaço não edificado das áreas tipológicas edificadas."



3. ESTRUTURA EDIFICADA

Considerando que o espaço exterior urbano, ou seja o espaço não edificado, está intimamente ligado ao espaço edificado, a sua estruturação implica, necessariamente, a estruturação deste último. (Carta 9)

O objectivo pretendido, com a estruturação do espaço é o de criar condições de legibilidade para os seus habitantes, através do estabelecimento de hierarquias facilmente compreensíveis e de um grau de continuidade, quer do espaço exterior, quer do espaço edificado, que lhes permita assumir características, realmente urbanas.

¹ TELLES, G. Ribeiro, *Paisagem Global - Um Conceito para o Futuro*, Iniciativa, N° Especial, Abril, 1994.

² MAGALHÃES, M. R., *Espaços Verdes. Equipamentos Colectivos*, Vol. III, CEP n° 16, Lisboa, Dezembro de 1978 (revisto GEPAT-DSOT, Lisboa, Janeiro de 90).



Fot. 66 a 68 - Elementos Significativos da Estrutura Edificada
(Memorial, Igreja Matriz, Quinta da Memória)